



A IDENTIDADE SUBJETIVA DA MULHER

Graça Castell

graca.castell@bol.com.br

Portugal - Pt

2008



Graça Castell¹

graca.castell@bol.com.br

Resumo

O tema mulher ainda é um assunto bastante polêmico e, por isso, encontra barreiras entre um grande número de historiadores. A história das mulheres apareceu como um campo definível somente nas duas últimas décadas do século XX. Até 1980 o tema era uma preocupação apenas das sociólogas e tinha como marca a forte influência do marxismo. Com o passar do tempo a mulher tornou-se objeto visível nos trabalhos de antropólogos e historiadores por meio da construção de novos cortes teórico-metodológicos. Partindo do pressuposto de que a mulher, assim como o homem, faz parte da construção cultural, passou-se então a estudar o conceito mulher com outro olhar, cujo conceito remete à construção de significados culturais e à identidade subjetiva da mulher.

Palavras-Chave: Mulher – Construção – Cultural – Identidade subjetiva

A Mulher como um Gênero

As mudanças no conhecimento sobre a mulher ocorreram paralelamente a outras mudanças no âmbito do conhecimento de outros objetos. A falta de diálogo entre estas diversas instâncias do conhecimento tornaram-no parcializado e segmentado, criando "guetos" que tinham como principal característica o pouco aprofundamento teórico. (CASTRO & LAVINAS, 1992, p. 216).

Como dizem Bruschini e Costa (1992), a tentação de se reconstruir um passado heróico para as mulheres foi freqüentemente irresistível. A tentativa de resgate da presença feminina correu por diversas vezes o risco de torná-la autônoma. Os estudos iniciais sobre

¹ Mestrado em Filosofia na USP/95 e Doutorado na USP/98, em Ciências Sociais.



mulheres incorreram no risco da simplificação de transformar a mulher em vítima ou heroína.

(BRUSCHINI & COSTA, 1992, p. 10).

De acordo com Céli Pinto (1992), o movimento feminista foi organizado para lutar contra uma condição, condição esta dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo. (PINTO, 1992, p. 132).

O feminismo, apesar de seus equívocos, teve um papel fundamental na reflexão teórica sobre o estudo das mulheres ao enfatizar a experiência histórica e social das mesmas, enquanto seres concretos. Joan Scott (1992) esclarece: "A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história". (SCOTT, 1992, p. 75).

Por tratar-se de um tema relacionado a grupos que nada têm de hegemônico no contexto histórico. Mas, ao contrário, Mary Castro (1992) afirma que por existir um contrassenso entre a concretude de suas vidas e a ideologia dominante tornava-se necessário refazer perspectivas, parâmetros, conceitos surgindo então propostas metodológicas que procuraram captar as novas práticas (lutas) e representações (valores, atitudes novas em relação ao trabalho, à família, a si mesmas, à vida em geral) das mulheres no social. (CASTRO, 1992, p. 235).

Segundo Pinto (1992, p. 128) a mulher tornou-se objeto visível nos trabalhos de antropólogos e historiadores através da construção de novos cortes teórico-metodológicos, como por exemplo, "o privilegiamento do estudo do cotidiano, espaço por excelência da visibilidade feminina". Tal visibilidade das mulheres foi uma conquista inegável de pesquisadores e militantes, condição necessária para uma postura de questionamento dos procedimentos habituais das ciências humanas.



De acordo com Bruschini e Costa (1989, p. 9) a partir dos anos noventa o campo dos estudos sobre a mulher entrou numa fase de maturidade, à medida que conquistou novos espaços e ao mesmo tempo buscou refinar seu instrumental teórico. Uma das condições primordiais para o seu aprofundamento ancorou-se na quebra de barreiras disciplinares. A interrelação entre a história, a antropologia, a sociologia, a psicologia e a lingüística tornaram possível a articulação de um discurso próprio sobre o feminino. "A trajetória percorrida e a razoável base de conhecimento já sedimentada permitiram levantar novas indagações e superar os impasses criados pela estratégia inicialmente adotada de se focalizar excessivamente as mulheres". (BRUSCHINI & COSTA, 1992, p. 9).

A inserção nesta nova fase exigiu a criação de uma nova categoria de análise que tornasse possível o estudo das mulheres sem tratá-las como uma categoria autônoma, independente e isolada do social. Partindo do pressuposto de que a mulher, assim como o homem, é uma construção cultural, o feminismo propôs um estudo relacional trabalhando com o masculino e o feminino. Passou-se então a trabalhar num outro patamar que é o gênero, cujo conceito remete à construção de significados culturais.

Segundo a historiadora Joan Scott a utilização do termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas, para reivindicar certo terreno de definição, para insistir sobre a inadequação das teorias existentes em explicar as desigualdades persistentes entre as mulheres e os homens. É significativo que o uso da palavra gênero tenha emergido no final do século XX, um momento de grande efervescência epistemológica entre os pesquisadores de ciências sociais. (SCOTT, 1990, p. 13).

O conceito de gênero vem sendo utilizado há quase três décadas por feministas de fala inglesa, principalmente, americanas que queriam frisar o caráter fundamentalmente social das distinções fundadas sobre o sexo. O uso da palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito presente nos termos como "sexo" ou "diferença sexual".



Uma das barreiras para a compreensão das relações de gênero reside na dificuldade de entender o relacionamento entre gênero e "sexo". Pelo prisma da categoria gênero, sexo significa as diferenças anatômicas e a diferença na função biológica reprodutora entre macho e fêmea, uma vez que "os fatos biológicos nus da sexualidade não falam por si próprios: eles devem ser expressos socialmente". (SAFFIOTI, 1992, p. 187).

Nesse sentido, o uso da categoria gênero enfatiza o sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é exclusivamente determinado por ele. Ou seja, o gênero não é construído sobre a categoria (aparentemente) natural do sexo, mas, ao contrário, a partir da criação da categoria de gênero, o sexo tornou-se uma categoria de percepção desses dois grupos que compõe a humanidade. (Idem).

Na verdade, a configuração da estrutura de gênero pela interação com outras relações sociais, como as de classe, raça e etnia inviabiliza o tratamento da diferença sexual como natural pelo fato das relações de gênero não possuírem uma essência fixa, variando dentro e através do tempo. (HOLLANDA, 1992, p. 59).

Heleieth Saffioti (1992) afirma que a opção de trabalhar com o conceito de relações de gênero, ao invés de relações sociais de sexo, deve-se ao fato de o termo gênero estar lingüisticamente impregnado do social. A organização social de gênero constrói duas visões de mundo, donde se pode concluir que a perspectiva da mulher e, portanto, seus interesses divergem do ponto de vista do homem e, por conseguinte, dos interesses deste. Uma vez que as experiências adquirem um colorido de gênero, como, aliás, ocorre com a classe e a etnia também, a vida não é vivida da mesma forma por homens e mulheres. (SAFFIOTI, 1992, p. 199).

Os estudos mais atuais buscam através do gênero, compreender a condição feminina inserida numa trama de relações sociais, dentro de uma conjuntura histórica, onde o feminino se reporta necessariamente ao masculino, uma vez que é impossível compreender o feminino



isoladamente. Sendo assim, a noção de gênero define a mulher enquanto ser histórico, gerado pelas relações sociais, e, portanto está ligada a questão da desigualdade e do poder.

Para Scott (1990), a definição de gênero pode ser explicada por uma dupla proposição: gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseado em diferenças percebidas entre os sexos, e, além disso, gênero é a maneira primordial de significar relações de poder. Além de poder ser dividido em duas partes, o gênero contém ainda diversas subpartes, que são interligadas, mas devem ser distinguidas na análise. Enquanto elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas o gênero implica em quatro elementos:

a) os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas, e que são, com frequência, contraditórias.

b) os conceitos normativos (expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas) que põem em evidência as interpretações do sentido dos símbolos. Estes conceitos tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino. A partir destas posições normativas, a história acaba sendo escrita como se as normas fossem o produto de um consenso social e não o resultado de um conflito.

c) dentro dessa análise deve estar incluída uma noção de política bem como uma referência às instituições e à organização social.

d) como último elemento ela coloca a identidade subjetiva;

Identidade Subjetiva

Apesar de não operarem simultaneamente esses quatro elementos estão interrelacionados, na medida em que os conceitos de gênero estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Segundo Scott (1990, p. 14/16) por meio destes quatro elementos é possível também analisar classes sociais, raça e etnicidade, ou seja,



qualquer processo social.

Quanto à segunda proposição de que "o gênero é uma primeira maneira de dar significado às relações de poder", a autora, apoiada em Bourdieu, evidencia que, embora o gênero não seja o único campo, ele provavelmente constituiu um meio de dar eficácia à significação de poder no mundo ocidental. (SCOTT, 1990, p. 16).

São os conceitos de gênero, estabelecidos como um conjunto objetivo de referências, que estruturam a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. Como é a partir destas referências que ocorre a distribuição do poder, o gênero envolve-se na concepção e na construção do poder em si mesmo.

Embora existam outros conceitos de poder como os explicitados em Weber e em Marx e Engels, o conceito formulado por Michel Foucault é o que melhor se adéqua para analisar as relações de poder entre homens e mulheres.

Segundo Saffioti (1992), Foucault conceitua o poder como sendo "constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força". (SAFFIOTI, 1992, p. 185).

O filósofo francês sempre foi enfático na colocação de que o poder é relacional, ou seja, o poder é disperso e não obrigatoriamente ocorre sempre de cima para baixo. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criados: homem e mulher. Jane Flax (1991) afirma que, "apesar da concepção de ser homem ou mulher variar de acordo com épocas e culturas, as relações de gênero, tem sido relações de dominação". (FLAX, 1991, p. 228).

A quase totalidade das sociedades conhecidas adota o modelo de dominação centrado na figura masculina, embora essa dominação se apresente em graus variados. Esta relação de dominação não presume necessariamente o esmagamento total do dominado, ou seja, a ausência absoluta de poder. Para que essa relação dominador/dominado se mantenha, é fundamental que exista uma relação de troca capaz de garantir a continuidade da existência da



figura subalterna.

A acumulação de conhecimentos específicos sobre a experiência concreta das mulheres em sociedade, segundo Maria O. Dias (1992, p. 51), vem se contrapondo aos valores culturais de dominação, mas é fundamental que nessa relação dominador/dominado não se trabalhe com a idéia de uma identidade específica para cada grupo. Saffioti (1992) lembra que trabalhar com identidade pressupõe uma concepção anti- relacional, uma vez que a lógica da identidade é monológica. De acordo com Saffioti (1992, p. 192), não é a semelhança, mas a diferença que constitui a base para a construção do poder.

Desse modo, os diferentes grupos que compõe a sociedade são criados e recriados nas relações que mantém dentro da sociedade de classes, mas ao mesmo tempo, na horizontalidade das relações intraclasses. "Para fazer surgir o sentido, temos necessidade de tratar o sujeito individual bem como a organização social e de articular a natureza de sua interrelação, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero, como sobrevêm à mudança". (SCOTT, 1990, p. 14).

Nesse sentido, pensar em termos de relação social de gênero permite superar algumas teorias utilizadas para a explicação da dominação masculina, como a do patriarcado, por exemplo. A partir das relações de gênero é possível perceber "um campo de possibilidades onde o dominado pode construir-se em sujeito, na busca da sua utopia"². Enfim, para Scott (1992, p. 15), "(...) aqueles que se propõem a codificar os sentidos das palavras lutam por uma causa perdida, porque as palavras, como as idéias e as coisas são feitas para significar, têm uma história".

O caminho percorrido para chegar ao conceito de gênero pode ser entendido como um percurso paralelo ao avanço da teoria feminista e do processo de redefinição vivido pelas ciências humanas e, em especial a historiografia, nestas últimas décadas.

² RUBIN, citado por CASTRO, 1992, p. 242.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Rebeldia e submissão: estudos sobre condição feminina*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: Fundação Carlos Chagas, 1989.

BRUSCHINI, Cristina; COSTA, Albertina de Oliveira (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa. Os estudos sobre Mulher e literatura no Brasil: uma primeira avaliação. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 54-92.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do Feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e Método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 39-53.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero na teoria feminista. In: HOLLANDA, Buarque de. Heloísa (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991. p. 217-250.

MACHADO, Lia Z. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 24-38.

PINTO, Céli R. Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.



SAFFIOTI, Heleieth. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: *Uma questão de gênero*.

Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-215.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul/dez. 1990.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992. p. 63-95.